



Presidente p.9

Continuar a construir um Portugal mais justo



PSD p.11

Marco António Costa considera actual PS o mais radical da democracia

Povo Livre



nº 1855

10 de Dezembro de 2014

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

PSD, UM PARTIDO DE FUTURO



O líder do PSD numa sessão de homenagem a Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa

Governo salvou o Serviço Nacional de Saúde

Foi o actual Governo que “salvou o Serviço Nacional de Saúde”. Pedro Passos Coelho recorda que “os hospitais estavam falidos” e os portugueses enfrentavam o risco de o ver colapsar devido às dívidas. Em declarações aos jornalistas no final da inauguração do Hospital Senhor do Bonfim, em Vila do Conde, dia 2, o Primeiro-Ministro foi questionado sobre a crítica contínua e infundada do PS, que acusa o PSD de querer acabar com o Serviço Nacional de Saúde (SNS). “A verdade é que o actual Governo salvou o SNS. O SNS estava falido, os hospitais estavam falidos e os portugueses enfrentavam o risco de ver o Serviço Nacional de Saúde colapsar por falta de pagamento das dívidas que estavam em atraso”, lembrou.

O Primeiro-Ministro sublinhou a “orientação firme quanto à necessidade de fazer um redobrado investimento em várias áreas”, como os cuidados de saúde primários que “têm hoje mais unidades de saúde a funcionar do que aquelas que existiam” e os “cuidados diferenciados nos hospitais, nas urgências”.

“Veja só que apesar de haver visões tão diferentes



há quem seja mais consequente do que outros. E nós temos conseguido fazer uma coisa que é importante para todos os portugueses, que é defender o Serviço Nacional de Saúde, reforçar o Serviço Nacional de Saúde, sem com isso ter de dizer mal de ninguém, nem da iniciativa privada”, sustentou.



Compromissos para futuro

O Primeiro-Ministro considera que não é o momento de “contar espingardas”, mas de encontrar respostas para os problemas dos portugueses, esperando que a nova liderança do PS dê “estabilidade” e “força” ao partido para assumir compromissos para futuro. “Espero que o facto de agora o PS ter o seu candidato a Primeiro-Ministro identificado e também o novo secretário-geral do PS eleito nas eleições primárias e confirmado no seu congresso, que isso dê alguma estabilidade ao PS e que dê também alguma força porque é difícil fazer compromissos quando as próprias soluções políticas são frágeis”, disse Pedro Passos Coelho.

O Primeiro-Ministro reafirmou a importância que para o país tem que gente adulta, gente crescida, gente preparada, gente que tem responsabilidades políticas possa olhar para o futuro sem ser com a perspectiva de contar espingardas, que seja com a perspectiva de chegar a respostas que os portugueses entendem como sendo respostas para os seus problemas”.

“Quando as soluções políticas parecem ter outra solidez, as pessoas sentem-se mais à vontade para comprometer a sua palavra, para poder chegar a um entendimento sem que isso pareça uma derrota para ninguém. Essas condições estão reunidas e só não haverá um espírito de compromisso se ele não for desejado”, enfatizou.



Inauguração da Escola Superior de Artes Aplicadas em Castelo Branco

Privilegiar os territórios de baixa densidade



O caminho para reforçar a coesão territorial e apoiar o interior passa, de acordo com o Primeiro-Ministro, por políticas “vocacionadas” para os territórios de baixa densidade. Pedro Passos Coelho falava na inauguração da Escola Superior de Artes Aplicadas de Castelo Branco. “Não podemos tratar da mesma maneira o que é bastante desigual. Temos que ter políticas especialmente vocacionadas para responder aos problemas dos territórios de baixa e de muito baixa densidade”.

O chefe do Governo sublinhou que o Estado, na sua diversidade de formas, “tem de prestar realmente uma atenção muito grande e criar alguns estímulos de diferenciação ou de discriminação positiva” para as regiões de baixa densidade.

“Temos, enquanto Governo, procurado propor alguns desses mecanismos. Ainda agora, com a aprovação do Orçamento do Estado para 2015, incluímos alguns desses incentivos que discriminam positivamente o interior”. Passos Coelho referia-se ao código do IRC e às novas regras que estão incluídas nos incentivos fiscais ao investimento. “Creio que as novas regras que o Parlamento se prepara para aprovar no âmbito da reforma do IRS, poderão trazer também algumas notícias neste domínio, isto é, criando uma majoração fiscal maior para quem investe no interior, seja ao nível do investimento inicial ou novos investimentos de substituição”.

O Primeiro-Ministro admitiu que ainda “isto não chega” e deu como exemplo os anos de investimentos em

infra-estruturas relevantes em todo o país e em todo o interior: “ele [investimento] não deixou de continuar o movimento de desertificação que já se conhecia antes”.

Passos Coelho recordou que “o período que aí vem”, com o novo investimento que será canalizado através de fundos europeus, “pode ser uma alavanca muito importante para o crescimento”. “Se soubermos aplicar bem esses recursos e se os dirigirmos realmente para projectos que tenham rentabilidade e retorno”, vincou, concluindo: “Temos que abandonar, tanto quanto possível, a lógica do fundo perdido. O que interessa é que os nossos recursos, públicos ou privados, têm de ser bem aproveitados. Esta tem de ser a lógica”.



Disciplina orçamental é essencial para o crescimento

O Primeiro-Ministro defende “uma legislação mais ambiciosa e mais abrangente para a governança das empresas”, que torne mais clara a distinção entre responsabilidades de administradores e accionistas e evite situações como a da PT. “Se queremos aprender com o que se passou na PT, é para aqui que temos de olhar. O que se passou não devia ter acontecido. Cabe agora prevenir melhor para que não volte a repetir-se”, afirmou Pedro Passos Coelho, numa conferência sobre crescimento económico promovida pela SIC-Notícias, na arena do Campo Pequeno, em Lisboa, dia 3.

O chefe do executivo PSD/CDS-PP considerou que é preciso “programar uma legislação mais ambiciosa e mais abrangente para a governança das empresas, uma legislação que cubra todas as empresas do tecido produtivo, e não apenas as cotadas em bolsa”. “O objectivo tem de ser a introdução de melhores regras e de boas práticas, acompanhando as melhores práticas internacionais. Para quê? Para garantir mais concorrência na economia, mais transparência nas decisões, mais racionalidade na geração de valor. Para tornar mais clara a divisão de tarefas e responsabilidades entre a administração e os accionistas. Para separar com nitidez a caixa de quem detém a propriedade, de um lado, da caixa que pertence à empresa, do outro. Para separar bem a responsabilidade pessoal da responsabilidade social da empresa”, acrescentou.

A disciplina orçamental é essencial para o crescimento e rejeitou a dicotomia esquerda/direita, contrapondo que nesta matéria o que há são bons e maus governos, em Portugal e no resto da Europa.

“A história recente do nosso país demonstra que contas equilibradas são condição de crescimento. Se precisássemos de provas, bastaria apenas apontar os sucessivos anos da última década no caminho para o colapso de 2011 e para o resgate externo. Aqui e na Europa, como estamos agora a ver em França e na Itália, no que toca à disciplina orçamental e às reformas estruturais, não há esquerda nem direita: há bom governo e mau governo”, afirmou Pedro Passos Coelho.

O chefe do executivo contestou a ideia de que o crescimento da economia portuguesa está “totalmente dependente de uma qualquer decisão política europeia” e declarou rever-se na actual União Europeia: “A Europa que existe cada vez se aproxima mais da Europa que nós defendemos, da Europa que serve os interesses nacionais”. Segundo o Primeiro-Ministro, “a defesa do Tratado Orçamental é a defesa da Europa que interessa a Portugal” e que “a Portugal interessa uma Europa de responsabilidade” - e não “atolada em dívida, perita em desorçamentação, a multiplicar parcerias público-privadas e cada vez menos competitiva”, porque “assim não haverá certamente políticas de crescimento, nem Estado social, nem justiça social”.



PSD, um partido de futuro

Os líderes do PSD, Pedro Passos Coelho, e CDS-PP, Paulo Portas, homenagearam com várias iniciativas Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, que faleceram a 4 de Dezembro de 1980, quando o avião em que viajavam se despenhou em Camarate (arredores de Lisboa). O presidente do PSD e o presidente do CDS-PP assistiram a uma missa na Basílica da Estrela ao meio-dia de quinta-feira, e, ao final da tarde, entrevistaram numa sessão evocativa num hotel em Lisboa.

Durante essa sessão, o presidente do PSD afirmou que após 40 anos o partido se mantém fiel ao seu "projecto fundador", assente na "igualdade de oportunidades, na solidariedade" e na "libertação da sociedade", mas precisa de perspectivar o seu futuro. Pedro Passos Coelho falava ao lado do co-fundador do PSD Francisco Pinto Balsemão, após a inauguração de uma exposição durante a tarde, na sede nacional, assinalando o percurso de vida política de Francisco Sá Carneiro. Passos Coelho aproveitou para agradecer o "trabalho extraordinário" da comissão das comemorações dos 40 anos do PSD, presidida por Balsemão, e referiu-se ao trabalho que este organismo está "a fazer e que ainda não é público" e será divulgado a 6 de maio de 2015.

Antes, também Francisco Pinto Balsemão, militante n.º 1 do PSD, tinha referido num breve discurso que em Maio do próximo ano serão conhecidas as "pistas para uma social-democracia do século XXI". "Nós escolhemos fazer estas comemorações para preservar a memória do passado mas também para perspectivar o futuro, projectá-los no futuro, é isso que dá continuidade ao projecto fundador".

Pinto Balsemão caracterizou o PSD como um partido que teve "um nascimento ideológico antes do nascimento formal" e que evoluiu "ao longo dos anos em muitos aspectos, como a própria sociedade portuguesa", mas sem perder "os valores fundamentais".

"Creio que se pode dizer que o PSD ao longo da sua existência foi acompanhando a própria dinâmica da sociedade portuguesa, quando não contribuiu activamente e de forma frequentemente decisiva para a sua transformação, não por nenhum projecto vanguardista, mas por ter conseguido libertar forças da sociedade civil suficientes para fazerem a mudança do país", afirmou.

Segundo Passos Coelho, "os desafios de hoje são diferentes dos de há 40 anos, há 30 anos e há 20 anos", por isso além da sua "coerência e convicções" o PSD deve apresentar-se "aos portugueses" como um partido que "tem também um projecto para futuro".

O presidente do PSD afirmou que esta "perspectiva de futuro" deve assentar "em torno das suas bandeiras fundamentais": a "igualdade de oportunidades e a solidariedade, a Justiça e o ter para todos os portugueses uma democracia que não seja formal, que se funde numa liberdade que esteja sempre em aprofundamento, e



numa libertação das forças da sociedade civil".

No âmbito desta exposição sobre a vida de Sá Carneiro, que reúne fotografias, materiais de campanha e de propaganda política e um vídeo inédito da primeira Festa do Pontal, o PSD anunciou a abertura ao público de um arquivo fotográfico, o primeiro acervo de um partido político a estar aberto a todo o público.

A mostra de registos fotográficos de Sá Carneiro aborda as três principais fases da sua vida pública: enquanto opositor ao Estado Novo (1969-1974), como líder partidário (1974-1980) e, também, na sua faceta de estadista e Primeiro-Ministro de Portugal (1979-1980). A exposição fotográfica irá percorrer todo o país.

Além de Passos Coelho e Pinto Balsemão, estiveram na sede do PSD figuras do partido como o ex-presidente Luís Marques Mendes, o vice-presidente, porta-voz e coordenador da Comissão Política, Marco António Costa, o secretário-geral, José Matos Rosa, o líder parlamentar, Luís Montenegro, e o director do "Povo Livre", o deputado Miguel Santos.

Numa outra iniciativa conjunta entre PSD e CDS-PP, com a presença dos líderes parlamentares Luís Montenegro e Nuno Magalhães, foi depositada uma coroa de flores na Assembleia da República, junto aos bustos de Sá Carneiro e Amaro da Costa.



A disciplina nas contas públicas é uma questão de regime



A disciplina nas contas públicas é uma questão de regime e é uma “responsabilidade apartidária”. Passos Coelho desenvolveu esta ideia na sessão evocativa do antigo Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro, e do ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa.

Perante a plateia de sociais-democratas e centristas que assistiram a esta sessão, realizada num hotel de Lisboa, o primeiro-ministro acrescentou: “Podemos divergir em muitas coisas, achar que o Estado deve ser mais assim ou mais assado, mas sem contas certas, o que temos é impostos e sacrifícios”.

Segundo Passos Coelho, há “sinais evidentes” de que está ultrapassada a “emergência financeira, social” em Portugal, mas apesar disso a disciplina nas contas públicas tem de se manter, “não é coisa para um ano, ou dois ou três”.

Depois de defender que “é o regime que está em causa”, o presidente do PSD observou que “o regime é menos vulnerável do que muitos pensam”, ou antes, “as vulnerabilidades do regime não são exactamente aquelas que muitos pensam”.

Apelando ao “realismo, responsabilidade e bom senso”, o primeiro-ministro concluiu: “A maior vulnerabilidade que temos é a de podermos ser suficientemente responsáveis para garantir o futuro. Passámos por essa experiência há pouco tempo”.

O presidente do PSD terminou a sua intervenção em tom de mobilização interna: “Agora, é preciso não esmorecer simplesmente porque alguém acha que o futuro já

pode valer a pena. Vale a pena, sim senhor. Fizemos nós muito por isso, fizeram os portugueses muito por isso, e estou certo continuaremos a fazer todos muito por isso”.





Passos Coelho elogia missões da Marinha no Mediterrâneo e em Cabo Verde

O Primeiro-Ministro elogiou a participação da Marinha portuguesa em missões de controlo dos fluxos migratórios no Mediterrâneo e de ajuda à população de Cabo Verde afectada pela erupção vulcânica na ilha do Fogo. “Os portugueses sentem orgulho no desempenho da nossa Marinha, que esteve ao serviço das pessoas mais fragilizadas, salvando muitas vidas humanas, além de garantir a nossa segurança”, afirmou Pedro Passos Coelho, na Base Naval de Lisboa, no Alfeite, em Almada.

Acompanhado pelo ministro da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco, o Primeiro-Ministro visitou, durante aproximadamente uma hora, o navio patrulha oceânico Viana do Castelo, que entre 2 e 30 de Novembro participou numa missão da União Europeia, a sul da Sicília.

De acordo com dados da Marinha, nessa missão o navio Viana do Castelo socorreu 585 imigrantes que tentavam atravessar o Mediterrâneo.

No final desta visita, Passos Coelho referiu que “o navio embarcou inspectores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e um oficial de ligação italiano, tendo assegurado 500 horas de patrulha e percorrido cerca de 4000 milhas marítimas na área de operações”. Essa missão realizou-se no quadro da Agência Europeia da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados Membros (FRONTEX) da União Europeia.

O Primeiro-Ministro assinalou que “o FRONTEX cobre todos os custos da operação e permite uma participação nacional efectiva na prossecução da segurança das fronteiras da União Europeia”. Passos Coelho elogiou a “excelência” das operações da Marinha portuguesa no âmbito das missões de segurança da União Europeia, mas quis também destacar outras missões “que às vezes passam mais despercebidas junto dos portugueses”.

“São realmente muito prestigiantes para Portugal e para os portugueses, e espero que isso seja mais partilhado pela generalidade da sociedade portuguesa”, declarou.

Passos Coelho destacou “o facto de, na semana passada, Portugal ter respondido afirmativamente e com elevado grau de prontidão ao pedido de apoio formulado pelo Governo de Cabo Verde no sentido de enviar um navio para apoio à população da ilha do Fogo, que e vê a braços com a recente erupção do vulcão Pico do Fogo”.

Passos Coelho disse que a fragata Álvares Cabral “chegou com o necessário apoio aéreo para missões de evacuação médica e humanitária anteontem ainda [quarta-feira] ao porto da cidade da Praia, e largou ontem [quinta-feira] para a ilha do Fogo, tendo transportado, além de diverso material logístico, meios de comunicação, incluindo telefones por satélite, e o apoio técnico necessário à sua utilização”. “A nobreza destas missões e a eficácia das operações das nossas Forças Armadas e das nossas forças e serviços de segurança foram, uma vez mais, postas à prova e confirmaram a nossa excepcional competência e vocação para este tipo de missões, que queremos continuar a afirmar, para além das nossas fronteiras”, considerou.

Avaliação da coligação no próximo ano

O Primeiro-Ministro e Presidente dos socialistas-democratas, Pedro Passos Coelho, afirmou que está prometido que PSD e CDS-PP se vão reunir para discutir uma eventual coligação às legislativas e que essa avaliação será feita no próximo ano. “Haverá com certeza uma oportunidade em que os partidos, conforme está prometido, se reunirão para discutir a possibilidade de se apresentarem coligados nas eleições”, declarou Passos Coelho aos jornalistas, durante uma visita ao navio patrulha oceânico Viana do Castelo, na Base Naval de Lisboa, no Alfeite, em Almada. O presidente do PSD



acrescentou que essa “é uma matéria que os partidos irão avaliar, com certeza no próximo ano, dentro de um ‘timing’ que seja suficientemente confortável para que todos possam tomar as suas decisões atempadamente”.

Questionado sobre a possibilidade de uma coligação pré-eleitoral entre PSD e CDS-PP às legislativas de 2015,

Passos Coelho começou por responder que já falou “abundantemente sobre isso” e que essa matéria não está agora na agenda. “Nós temos eleições entre finais de Setembro e princípios de Outubro do próximo ano. Faltam quase dez meses até às eleições”, assinalou.

O Presidente em Santarém

Continuar a construir um Portugal mais justo



O Governo tem estado a “libertar e democratizar” a economia, que se encontrava “aprisionada” por um conjunto de “grupos económicos que eram incentivados pelo Estado”. O líder do PSD, que participava num jantar de Natal das concelhias do PSD do distrito de Santarém, que reuniu 600 militantes, começou por “assinalar as boas razões que farão recordar o ano de 2014”, entre as quais, o fim do programa de assistência na data prevista “apesar de todas as dúvidas e adversidades”.

Passos Coelho afirmou que é hoje bem visível que a economia “estava aprisionada por grupos económicos que eram incentivados pelo Estado a aplicar os seus recursos em obras públicas que não eram sustentáveis”, lamentando que muitos recursos, nacionais e europeus, tenham sido colocados ao serviço “dessa economia protegida” e não das pequenas empresas que tinham emprego e riqueza para criar. “Mas isso está a acabar. Os donos do país estão a desaparecer. Os donos do país são os portugueses”, declarou, reiterando que quer “uma economia dinâmica, aberta, cosmopolita, inovadora, em que as oportunidades estejam ao alcance de todos



e não apenas de alguns que estão próximos e amigos importantes”.

O presidente do PSD afirmou que a mudança que está em curso no país “não é aparente, é real”, referindo que, pela primeira vez em mais de 20 anos, a economia “está a crescer sem criar dívida”. “Como em todas as mudanças, os que se sentem mais ameaçados não se calam, não ficam quietos, não desaparecem”, disse, considerando que ver os que se “sentem ameaçados pela mudança” torna o país “mais transparente”, pois as pessoas “percebem melhor o que está a mudar”.

“Quando ouvimos aqueles que criticam percebemos melhor o sentido das mudanças e é importante que elas se façam e não precisamos de agressividades nem de radicalismos para impor a nossa mudança”, afirmou, sublinhando que os portugueses querem ver-se “livres dos donos que durante tantos anos aprisionaram a economia”.

O Primeiro-Ministro referiu que o programa terminou, mas não acabaram as reformas. “Ainda hoje - e já lá

vai meio ano que acabou o programa de ajustamento - ainda hoje no Parlamento se votaram duas importantes reformas que entraram em vigor em 2015. A reforma da Fiscalidade Verde e a Reforma do IRS”.

Passos Coelho lembrou que “apesar das dificuldades por que passámos, dos sacrifícios que todos tivemos de fazer, tivemos durante três de enfrentar todas as dúvidas e muitas adversidades que levaram a que no princípio deste ano se duvidasse que estivéssemos capazes de concluir esse programa de assistência. [...] Muitos disseram que o Orçamento de Estado para 2014 era incumprível: vai ser cumprido! Que a economia nunca iria recuperar porque entraria numa espiral recessiva - estamos a crescer! Que nunca conseguiríamos cumprir o memorando porque os juros eram muitos altos, mas se conseguíssemos era porque o Banco Central Europeu intervinha. Nunca cedemos à facilidade e ao populismo. Nunca nos importámos de ficar tantas vezes isolados a defender publicamente o que achávamos que era difícil mas necessário.”



“Mas o que estamos a construir, todos os dias, é o Portugal mais justo, que ambicionámos e a que temos direito. E somos nós que estamos a proporcionar essa mudança todos os dias. [...] Não precisamos de agressividades, nem de radicalismos, para impor a nossa mudança. Basta-nos a determinação do Povo Português e o desejo de queremos mesmo mudar, de nos vermos livres dos donos que durante tantos anos aprisionaram a nossa economia; o desejo de finalmente termos um país mais próspero e mais democrático”, assinalou o Primeiro-Ministro.

Reconhecer o mérito dos projectos públicos

No sábado, o presidente do PSD afirmou que o benefício da construção de obras faraónicas foi apenas “para alguns”, apesar de todos terem de pagar, o que classificou de “socialismo” de que não gosta. “Quantas obras foram realizadas em Portugal durante tantos anos, que nos pareceram quase faraónicas, sem que isso tivesse resultado em benefício de ninguém? Hoje sabemos, feitas as contas, que houve benefícios, mas não foi para todos, foi apenas para alguns. Mas também sabemos que o preço que será pago por isso será pago por todos e esse é o socialismo de que não gostamos”.

Pedro Passos Coelho falava na vila da Pampilhosa da Serra, distrito de Coimbra, durante uma tradicional lagarada do PSD, e em resposta a um apelo do autarca local, José Brito, para a concretização de redes viárias para aquele concelho. A esse propósito, o Primeiro-Ministro defendeu que no país devia haver uma espécie de “prova cega” que permitisse reconhecer o mérito e importância dos projectos, das empresas e das iniciativas no acto de atribuir apoios. Passos Coelho garantiu que é esse o país que está a construir: “Um país que não gasta muito dinheiro no que não gera emprego, um país que aplica os seus recursos, que são escassos, para ter uma sociedade em que as desigualdades sejam menores”.

O presidente do PSD assegurou ainda que continuará a fazer “o que é preciso” e manifestou que é sua “profunda convicção” que “a mudança feita até aqui não parará nem no dia a seguir às eleições”. Lembrou ainda o legado de Sá Carneiro. “Sá Carneiro lutou muito para acrescentar futuro a Portugal, morreu demasiado cedo sem poder ver quanto da prosperidade que o país conheceu nestes quarenta anos se ficou a dever a governos do PSD. Ele, que na altura teve de construir uma coligação com o CDS e com o PPM para poder oferecer um governo estável a Portugal. Não conseguiu que na altura, na eleição para Presidente da República, se removesse o obstáculo à mudança constitucional. Nós temos essa memória e sabemos como nessa época era difícil aplicar um programa que trouxesse a Portugal uma economia social de mercado e instituições verdadeiramente democráticas.

Tivemos de ter a paciência de esperar por aqueles que têm sempre medo de tudo, na altura era da extrema-esquerda e dos militares.”

E deixou ainda uma nota quanto ao nosso futuro. “Mas que fique claro que, no que estiver ao nosso alcance, nós continuaremos em frente e não nos desculparemos com

aqueles de quem esperamos alguma contribuição para fazer o que é preciso. Como até aqui, faremos o que é preciso porque os portugueses merecem que Portugal não seja adiado e a mudança que temos feito no país nestes anos não parará daqui até às eleições.”



Marco António Costa considera actual PS o mais radical da democracia

O vice-presidente do PSD, Marco António Costa, afirmou que o actual PS é o “mais radical da história da democracia de Portugal”, o qual, considerou, “quer governar com toda a extrema-esquerda”. “Esse PS que hoje se apresenta aos olhos dos portugueses é o PS mais radical da história da democracia em Portugal. É um PS que quer governar com toda a extrema-esquerda, querem escolher como parceiros de governação aqueles que querem Portugal fora do euro, aqueles que querem rasgar pacotes internacionais”, disse.

Marco António Costa falava na vila da Pampilhosa da Serra, distrito de Coimbra, dia 6, durante uma tradicional lagarada e na qual também participou o presidente do PSD, Pedro Passos Coelho.

Ao longo da intervenção, Marco António Costa teceu duras críticas aos socialistas pela “herança e problemas que deixaram ao país” e pela falta de “um único gesto e uma única atitude de colaboração para resolver problemas”, motivos pelos quais considerou que não devem agora falar de humanismo. “Mas são esses, são esses que agora querem falar de humanismo”, disse, recordando que os postos de trabalho em Portugal estão a crescer e que os novos empregados sabem bem o que é o significado de humanismo.

Marco António Costa referiu-se depois ao congresso do PS, ao qual, segundo considerou, os socialistas foram “não para falar em encontrar consensos e de construir soluções para o futuro” e sim para “falar de radicalização”.

“Este é o PS que existe em Portugal, é um PS radical de esquerda, que rejeita qualquer tipo diálogo e esse é um mau pressentimento, é um mau presságio daquilo que nos espera no futuro relativamente ao diálogo político em Portugal”, reiterou.

De acordo com o vice-presidente do PSD, tal caminho “não serve a Portugal” e defendeu que os consensos devem ser realizados com os partidos “do arco da governação”. “Importa aqui dizer de viva voz que a democracia precisa de soluções, mas as soluções constroem-se com os partidos do arco da governação, constroem-se com consensos, constroem-se com sentido de responsabilidade. Constroem-se acima de tudo com capacidade de diálogo entre os partidos, que ao longo destes 40 anos de democracia ajudaram a desenvolver Portugal”, apontou.

Marco António Costa comparou ainda António Costa a António José Seguro, dizendo que “é caso para dizer que nada mudou”. “Se o anterior secretário-geral nunca esteve disponível para o diálogo, este é exactamente igual ao anterior porque segue exactamente a mesma linha, porque anunciou já que não está disponível para qualquer diálogo ou consenso”, fundamentou.

No Domingo, dia 7, o vice-presidente coordenador da Comissão Política Nacional participou num magusto em Guimarães.



José Matos Rosa em Lousada e Cinfães

O secretário-geral do Partido Social Democrata, José Matos Rosa, participou sexta-feira, 5 de Dezembro de 2014, numa sessão dos 40 do PSD em Lousada. Nesta sessão foram homenageados os militantes mais antigos. No sábado, o secretário-geral esteve também num jantar de Natal em Cinfães.



Portugal regista “o nível mais baixo de dependência energética dos últimos 20 anos”

O ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, afirmou hoje, no Porto, que Portugal atingiu “o nível mais baixo da dependência energética do exterior dos últimos 20 anos”. “Continua a ser excessivo. Um país que depende 71,5% do exterior depende, obviamente, demasiado dos outros para o seu modelo de desenvolvimento económico, mas já dependeu 90%. Em 2005, a nossa dependência energética do exterior era de 90%”, disse Jorge Moreira da Silva.

O ministro, que falava na abertura conferência “O Compromisso para o Crescimento Verde e a Energia”, apontou “dois factores decisivos” para esta redução da dependência energética.

“Por um lado, a aposta nas energias renováveis e na eficiência energética, tendo havido um ‘desacoplamento’ entre Produto Interno Bruto (PIB) e o consumo de energia”, acrescentou Jorge Moreira da Silva.

A conferência, que contou com mais de cem participantes em representação de mais de 60 empresas e entidades ligadas ao sector energético, insere-se no âmbito da discussão pública da Proposta para o Crescimento Verde, que decorre até 15 de Janeiro de 2015.

Este documento, elaborado em cooperação com quase uma centena de associações, “tem orientações estratégicas e iniciativas, e isso determina uma ambição e uma estratégia, mas é suficientemente aberto ao nível de modelo de gestão para poder acomodar diferentes leituras no plano político partidário e plano programático e ideológico”, disse o ministro.

“Estou muito confiante de que lá para Fevereiro, depois desta discussão que decorrerá até Janeiro, se pode ter um quadro de compromisso que envolva esta centena de associações, mas era importante que os partidos políticos também fizessem a sua parte. Não deixaremos de os convocar para esta discussão, por isso irei ao parlamento, em breve, para discutir com vários dos parlamentares este documento”, afirmou.

Moreira da Silva considerou que a Península Ibérica deve aproveitar a presente crise de insegurança energética, em especial de gás, na União Europeia, para posicionar os sete terminais de GNL (gás natural liquefeito) localizados em Portugal e Espanha enquanto ‘hub’ estratégico de fornecimento de gás para a UE, reduzindo as importações de gás da Rússia.

Em seu entender, os actuais sete terminais poderão, com reforço de interligações europeias, nomeadamente entre Espanha e França, substituir 50% das importações europeias de gás da Rússia. O terminal de Sines poderá, mesmo, substituir 7% das importações de gás da Rússia.

O Compromisso para o Crescimento Verde, que fixa 13 objectivos quantificados para 2020 e 2030, procura estabelecer as bases para um compromisso em torno de políticas, objectivos e metas que impulsionem um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar o indispensável crescimento económico, com um menor consumo de recursos naturais e com a justiça social e a qualidade de vida das populações.

O ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, acompanhado pelo presidente da Câmara Municipal de Faro, Rogério Bacalhau (C), visitou também as obras de renaturalização e requalificação da Ria Formosa, realizados na ilha do Ramalhete, dia 3. A intervenção Polis visa não só a protecção do litoral, mas também a requalificação do ambiente natural ímpar da Ria Formosa através de acções de recuperação dunar - com a retirada das construções e limpeza de detritos, a descompactação dos solos e a plantação de espécies autóctones - o reforço dos cordões dunares nas zonas de maior fragilidade e a dragagem dos canais para melhoria da hidrodinâmica da Ria.



Portugal tem projectos identificados para plano Juncker



Bruxelas, 02 dez (Lusa) – A ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, disse hoje, em Bruxelas, que “Portugal tem projectos identificados” para beneficiar do novo fundo de investimento apresentado na semana passada pelo presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker.

Falando perante a comissão de Assuntos Económicos do Parlamento Europeu, a ministra, questionada por uma eurodeputada francesa sobre uma alegada falta de entusiasmo relativamente ao “plano de Juncker”, retorquiu que terá sido mal entendida, pois, “naturalmente, Portugal tem interesse” num plano que é “extremamente bem-vindo” para reavivar a economia portuguesa, tendo mesmo “projectos identificados”.

No entanto, ressaltou, “para que esses projectos avancem”, é necessário que esteja reunido “um conjunto de circunstâncias”, designadamente financiamentos a custos adequados, uma base de capital que suporte os investimento e, destacou, “confiança”, sendo que a indispensável confiança para investir “depende de Portugal, mas também da evolução da zona euro”.

“O que quis dizer não é que Portugal não vai beneficiar dessa alavancagem, mas também beneficiará indirectamente” de projectos noutros Estados-membros, designadamente transnacionais, pois, para um país “geograficamente na periferia” como é o caso de Portugal, tudo o que signifique uma maior integração é positivo, defendeu.

O plano de investimentos apresentado na semana passada no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, por Juncker tem como suporte um novo fundo de investimento - designado Fundo Europeu de Investimento Estratégico, que deverá estar operacional até Junho - dotado de 21 mil milhões de euros, sendo 16 mil milhões de euros de garantias do orçamento da União Europeia (a partir dos programas já existentes ‘Interligar Europa’ e ‘Horizonte 2020’, gerido pelo comissário Carlos Moedas) e 5 mil milhões de euros de dinheiro do Banco Europeu de Investimento (BEI).

A partir daqui, a Comissão acredita que serão atraídos investidores privados para co-financiar os projectos, pelo que por cada euro de dinheiro de garantia pública estima que serão mobilizados 15 euros, mobilizando no total 315 mil milhões de euros entre fundos públicos e, sobretudo, privados.

A Comissão vai abrir o capital do fundo a eventuais interessados, como os Estados-membros ou fundos de investimento internacionais, como fundos soberanos ou ‘hedge funds’.

Reforma da Segurança Social

A ministra das Finanças afirmou, no Parlamento Europeu, que a reforma da Segurança Social e do sistema de pensões tem de ser abordada “num prazo razoavelmente curto”, mas que para isso é necessário um consenso político alargado. Em audição na Comissão de Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu, em Bruxelas, a ministra afirmou que, entre as reformas estruturais que Portugal ainda tem de fazer, está a continuação da flexibilidade do mercado de trabalho e uma reforma profunda da Segurança Social.

“Temos de analisar a questão da Segurança Social e do sistema de pensões e para isso precisamos de consenso político. É um assunto que temos de abordar num prazo razoavelmente curto”, afirmou perante os eurodeputados.

Já sobre o reforço da flexibilidade do mercado de trabalho, Maria Luís considerou que é “necessário adequar a qualificação da população activa às necessidades do mercado de trabalho”.

A ministra falou ainda na necessidade de “aprofundar o mercado financeiro único”, mas sendo esta uma reforma que tem de acontecer a nível europeu para reduzir a fragmentação financeira na área do euro e, no caso de Portugal, reduzir os elevados custos de financiamento que ainda persistem.

Miguel Poiares Maduro na Fundação Calouste Gulbenkian

Maior cultura de compromisso na política

O ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, entende que “a cultura do compromisso” precisa de ser mais valorizada na política e advertiu contra “a simplificação desonesta” dos problemas. As posições do Poiares Maduro foram assumidas durante a sessão de encerramento da conferência “As vagas da democratização”, no âmbito das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril de 1974, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

No seu discurso, Miguel Poiares Maduro apontou as mudanças no espaço da “deliberação democrática” como um dos grandes desafios da actualidade para os agentes políticos.

O ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional assinalou que a integração europeia e global originaram “uma crescente interdependência” e “processos transaccionais” que tornam muitas vezes difuso “o espaço de determinação das políticas”.

“Temos de reconstruir o espaço da política à luz da interdependência europeia e global que enfrentamos, se não o fizermos o que teremos é uma crescente tensão entre espaços não políticos e as democracias nacionais (...) se não oferecermos aos cidadãos escolhas quanto àquilo que a Europa pode oferecer, a única coisa que lhes restará é ser contra ou a favor da Europa”, declarou.

Poiares Maduro advertiu que o crescimento da cobertura mediática permite um maior “escrutínio da actividade política”, mas “tem contribuído para acentuar aspectos negativos”.

“Muita da cultura mediática da política tem por objecto o jogo da política e não as políticas públicas, é o tratamento da política como entretenimento, por vezes valoriza-se mais o sucesso ou insucesso político em si mesmo do que a substância e resultados da política em causa, temos de combater este risco”, disse.

O ministro considerou ainda que a “actual cultura política também valoriza pouco o compromisso” e “valoriza mais o conflito”, algo acentuado pela “crescente fragmentação do espaço político”.

Miguel Poiares Maduro considera que é preciso contrariar “os incentivos políticos associados a ciclos eleitorais” e defendeu que a simplificação das propostas é particularmente importante face à complexidade do mundo actual. “Ainda mais quando não nos conseguimos colocar de acordo sobre o que podem ser processos credíveis relativamente aos factos que devem estar na base da construção das nossas políticas públicas”, afirmou.

No entanto, esta “simplificação não pode ser uma falsificação”, sob pena de se passar “da política ao populismo”. “A actual complexidade dos temas e os múltiplos espaços que dificultam muito a difusão da autoridade política e a identificação de onde está a responsabilidade política abrem facilmente lugar a uma simplificação desonesta”, alertou.



Portugal passa a integrar programa da Estação Espacial Internacional



Portugal vai integrar dois novos programas científicos de exploração espacial, incluindo o da Estação Espacial Internacional, revelou o ministro da Educação e Ciência, que participou numa reunião da Agência Espacial Europeia, no Luxemburgo, dia 2. “Há muito boas novidades para Portugal, que mantém a sua colaboração na Agência Espacial Europeia (ESA) nos programas nos quais já participava e que adere agora a dois novos: o Programa da Estação Espacial Internacional e o Programa de Exploração Lunar”, associado ao primeiro, explicou Nuno Crato, depois de participar na reunião da ESA.

O ministro da Educação e Ciência sublinhou o país “lucra com a sua participação na ESA a vários níveis”, quer pelo envolvimento de cientistas portugueses no trabalho da agência espacial, “que lhes permite utilizar a tecnologia mais sofisticada”, quer pela possibilidade de desenvolvimento da tecnologia e das empresas portuguesas. “Estarmos na Estação Espacial Internacional é muito importante para nós e é a primeira vez que estamos. O Programa de Exploração Lunar é um programa novo, em que vamos estar desde o princípio. E, portanto, as nossas empresas de ‘software’, de construção relacionadas com o espaço vão participar neste esforço e vão poder ter encomendas destes programas”, declarou Nuno Crato.

O ministro sublinhou ainda que o Programa de Exploração Lunar “é muito importante para a Europa, porque há uma grande competição nesse domínio”. Apesar de a participação em programas específicos implicar o pagamento de quotas adicionais, para além daquela que já é paga para pertencer à ESA, Nuno Crato garantiu que estas novas participações não aumentam o valor das contribuições pagas anualmente pelo país, uma vez que os valores pagos pela participação em programas mais antigos vão diminuindo à medida que vão sendo executados.

“A nossa colaboração global é sensivelmente a mesma”, disse, ressaltando ainda que é preciso ter em conta o retorno do investimento feito.

O ministro da Educação e Ciência referiu que, por cada milhão de euros investido por Portugal nestes programas, é esperado um retorno pelo menos de igual valor, “mas isso não está garantido”.

As empresas portuguesas competem para atingirem um valor de encomendas pelo menos igual àquele que foi investido, mas, “ao não conseguirem apresentar propostas que atinjam os níveis de exigência tecnológica necessária, não conseguem esses contratos”.

“Isso significa um desafio que é importante para toda a indústria portuguesa, porque não se trata de encomendas rotineiras, mas sim de alto valor de incorporação tecnológica, ou seja, desafios para a indústria portuguesa e que a obrigam a desenvolver-se”, disse.

Ainda assim, Nuno Crato afirmou que tem sido possível atingir nos últimos anos “um retorno de 100 por cento” e até mesmo ultrapassá-lo.

Durante o encontro foram tomadas diversas decisões sobre o futuro do sector espacial Europeu, nomeadamente em relação à evolução da ESA, aos novos programas de Lançadores e à contribuição Europeia para a Estação Espacial Internacional (ISS). A Delegação Portuguesa contou ainda com o apoio técnico da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), representada pelo Vice-Presidente Pedro Carneiro e pelo responsável do Gabinete do Espaço, Luís Serina.

Portugal reforçou a sua participação nos programas opcionais da ESA, num montante aproximado de 10 milhões de euros, ao longo dos próximos anos, distribuídos pelos principais programas de interesse nacional, nomeadamente nas áreas de Tecnologia (GSTP), Telecomunicações (ARTES), Observação da Terra (GMES), assim como nos Lançadores (PRIDE) e Exploração (MREP). Estes programas são de particular interesse para o desenvolvimento tecnológico e empresarial nacional.

Os estados-membros da ESA apoiaram as propostas do Director-Geral, Jean-Jacques Dordain, e aprovaram as três resoluções associadas. Desta forma foi confirmado o apoio ao novo lançador Europeu Ariane 6, necessário para fazer face à intensa concorrência internacional, e definiram-se os compromissos relativamente à participação na ISS.



Contribuição de 200 mil euros para vítimas do Estado Islâmico

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, anunciou dia 3 de Dezembro, durante a reunião da coligação internacional de combate ao autoproclamado Estado Islâmico (EI), uma contribuição adicional de Portugal de 200 mil euros para as vítimas da organização terrorista.

No quadro dos contributos a nível financeiro dos membros da coligação para ajuda humanitária às vítimas das acções terroristas do EI no Iraque e na Síria, Portugal, representado na reunião, no quartel-general da NATO, em Bruxelas, por Rui Machete, anunciou um contributo de 200 mil euros, que se junta a um anterior de 30 mil euros.

Em declarações à imprensa, Machete apontou que esta nova ajuda humanitária é de um montante “proporcionado” à situação “delicada” do país, mas enfatizou que se trata de um sacrifício plenamente justificado pela gravidade do problema humanitário no Iraque e na Síria, que apontou como ainda mais profundo que o problema militar, mas também noutros países vizinhos que têm acolhido refugiados.

“O problema humanitário tornou-se um problema muito importante e muito grave. Nós anunciámos mais uma contribuição para esse aspecto humanitário, que se cifra em 200 mil euros. (...) É proporcionado à nossa situação financeira, que é uma situação delicada. Há países com outro desafogo financeiro, que têm contribuições muito maiores. Para nós, já significa um sacrifício, mas a sua finalidade justifica-o plenamente”, disse.

“Foi acentuado que a ida (para a Síria ou Iraque, para combater) não é turismo, é terrorismo, e deve ser combatido do ponto de vista da legislação, do policiamento, e de ganhar os espíritos, para (as pessoas que se juntam ao grupo terrorista) compreenderem que estão perante uma actividade que é um claro crime contra a humanidade”, disse Machete, após uma reunião de chefes de diplomacia dos membros da coligação internacional de combate ao autoproclamado Estado Islâmico.

O ministro apontou que, no que diz respeito a Portugal, e face à presença de cidadãos portugueses e lusodescendentes nas fileiras da organização terrorista, há uma comissão interministerial (envolvendo os ministérios da Justiça e da Administração Interna) “que está a estudar a questão da alteração à legislação penal”, e adiantou que esse trabalho “está bastante adiantado” e serão conhecidos os resultados “em breve”.

Rui Machete admitiu que “não há ainda uma estratégia internacional completamente definida” para lidar com estes casos de estrangeiros recrutados pelo Estado Islâmico para combater na Síria e no Iraque, mas, apontou, “já há algumas orientações que se vão afirmando pouco a pouco, no sentido de haver uma fiscalização, haver sobretudo uma prevenção para evitar a radicalização e as idas, e, depois, haver uma fiscalização daqueles que regressam e da criminalização desses comportamentos”.

Relativamente à reunião hoje celebrada na sede da NATO, que é a primeira do género entre os membros da coligação, e que teve lugar por solicitação do secretário de Estado norte-americano, John Kerry, Rui Machete comentou que, “pelo número de países que envolveu - mais de 60 -, e pela diversidade dos países, é por si só uma afirmação muito importante do ponto de vista político da condenação” do grupo terrorista pela comunidade internacional. Por outro lado, apontou, evidenciou “a estruturação da cooperação política da coligação”, que, embora já existisse, “não era visível”.

“Do ponto de vista político, teve um grande significado. E um aspecto que, a mim, me causou uma impressão muito favorável foi a condenação do movimento terrorista por parte dos países muçulmanos, muitos países muçulmanos, e a acentuação de que a religião muçulmana é uma religião tolerante”, e que, portanto, o EI “é uma contradição total em relação à religião muçulmana”.



Portal sobre acesso e financiamento a concursos públicos disponível este mês

O Governo vai criar um portal, que ficará disponível este mês, para permitir às empresas portuguesas concorrer a todos os concursos públicos internacionais financiados pelas instituições de que Portugal é accionista, um projecto denominado ‘Parceiras para o Desenvolvimento’.

“O portal dará a conhecer todas as oportunidades de negócio, com um carácter prático e simplificador para as candidaturas, centralizando num ponto único todas as oportunidades de financiamento”, disse o secretário de Estado das Finanças, Manuel Rodrigues.

O grande objectivo deste projecto é recolher toda a informação que está disponível nos ‘sites’ das sete instituições financeiras de que Portugal é accionista, como o Banco Mundial, Banco Africano para o Desenvolvimento, e mostrar às empresas portuguesas a existência desses concursos públicos em 144 países.

O portal permitirá às pequenas e médias empresas portuguesas concorrerem às grandes obras, que são obrigatoriamente anunciadas nos ‘sites’ dessas instituições, “e permitirá também que o acesso ao financiamento seja feito em condições vantajosas, por exemplo com taxas de juro mais atractivas e com garantia de pagamento das exportações, porque é pago pela instituição financeira, e não pelo cliente final, explicaram o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Luís Campos Ferreira, e o seu homólogo das Finanças, presentes nas Conferências que hoje encerram em Lisboa.

“Esta é uma alavanca para que peso das exportações aumente. Temos sete instituições financeiras e dois fundos de cooperação onde Portugal participa, entre as quais, estão o BEI e o BERD, que oferecem taxas de juro bonificadas com prazos mais dilatados, garantindo financiamento e sem pressões de tesouraria, o que cria uma verdadeira rede de segurança para as empresas que queiram avançar para a internacionalização”, sintetizou o secretário de Estado das Finanças, Manuel Rodrigues.

“A cooperação deve ser pensada numa lógica de maior integração económica num processo com benefícios recíprocos”, acrescentou Manuel Rodrigues, lembrando o crescimento de mais de 15% do Investimento Directo Estrangeiro em Portugal entre 2011 e 2014, chegando hoje aos 96 mil milhões de euros, e em sentido inverso, de mais de 10%, superior a 50 mil milhões de euros, em 2014 relativamente aos montantes de 2012.

Conselho de Ministros de 4 de Dezembro 2014

1. O Conselho de Ministros aprovou os objectivos e os princípios da política de emprego, bem como a regulação da concepção, execução, acompanhamento, avaliação e financiamento dos respectivos programas e medidas.

Este diploma procede a uma sistematização das medidas activas do mercado de trabalho, concretiza a sua racionalização, no sentido de evitar redundâncias prejudiciais à definição e entendimento claro dos instrumentos por parte de agentes e destinatários.

É ainda definida a missão do serviço público de emprego na concretização dos programas e medidas que integram a política de emprego e de cooperação com outras entidades públicas e privadas, bem como o princípio da avaliação sistemática em sede de Comissão Permanente de Concertação Social.

Os programas são definidos segundo os seus principais objectivos e compreendem, nomeadamente, os seguintes: programa de apoio à contratação, destinado a promover a contratação de desempregados; programa de apoio ao empreendedorismo, destinado a promover a criação do próprio emprego ou empresa; programa de apoio à integração, destinado a complementar e desenvolver as competências dos destinatários, melhorando o seu perfil de empregabilidade, através de formação e experiência prática em contexto laboral; e programa de apoio à inserção, destinado a promover a empregabilidade dos destinatários e a apoiar actividades socialmente úteis que satisfaçam necessidades sociais ou colectivas.

Este diploma foi discutido e consensualizado com os parceiros em Mesa Negocial no âmbito da Comissão Permanente da Concertação Social.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao regime do incentivo à leitura de publicações periódicas.

Reconhecendo a importância que o incentivo à leitura assume hoje em dia para a difusão da imprensa local e regional, o diploma agora aprovado prevê um aumento da percentagem e da cobertura de participação do Estado nos custos da expedição postal. Estabelece-se ainda uma relação mais transparente entre as condições que possibilitam o aumento do incentivo à leitura e os custos assumidos pelas empresas na actualização dos seus modelos de negócio, na consolidação em novas plataformas e na captação e fidelização de novos assinantes.

São flexibilizadas as condições de acesso ao incentivo à leitura, através de uma descida dos números de tiragem média mínima por edição exigidos, permitindo, assim, uma ampliação relevante do universo de publicações elegíveis.

Finalmente, transfere-se para as comissões de coordenação e desenvolvimento regional as competências de instrução, decisão e fiscalização no âmbito do incentivo à leitura.

3. O Conselho de Ministros aprovou o novo regime de incentivos do Estado à comunicação social.

Este novo regime mantém a aplicação preferencial à imprensa local e regional, e integra incentivos para publicações periódicas de âmbito nacional, por se considerar que uma separação estanque entre imprensa de âmbito nacional e imprensa de âmbito local e regional impede formas de colaboração e associação entre órgãos de comunicação social.

No mesmo sentido são criados novos incentivos ao desenvolvimento de parcerias, aposta-se na formação profissional, bem como um incentivo à acessibilidade de cidadãos com deficiência aos media.

Um pilar fundamental do novo regime passa por promover uma maior interligação entre o regime de incentivos à comunicação social e outros sistemas de incentivos públicos, uns dirigidos à formação, outros à inovação ou à qualificação, a que as empresas de comunicação social, profissionais e jornalistas também poderão aceder. Neste âmbito é garantida a adequada articulação com os sistemas de incentivos suportados por fundos europeus.

4. O Conselho de Ministros aprovou a extinção do Gabinete para os Meios de Comunicação Social e a transferência das suas atribuições para a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e para Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

5. O Conselho de Ministros aprovou o levantamento da suspensão do acesso antecipado à pensão de velhice, no âmbito do regime geral, e estabeleceu as condições que transitoriamente vão vigorar durante o ano de 2015.

Assim, durante o ano de 2015 os beneficiários com idade igual ou superior a 60 anos e, pelo menos, 40 anos de carreira contributiva, podem aceder antecipadamente à pensão de velhice.

Além disso, altera-se a regra de redução dos meses de antecipação em função dos anos de carreira contributiva, para efeitos de determinação da taxa global de redução da pensão, tornando-a mais justa e equitativa.

Os meses de antecipação passam a ser reduzidos em 4 meses por cada ano de carreira contributiva que exceda os 40 anos, em vez do modelo actual de redução de 12 meses por cada período de 3 anos. Com esta alteração, todos os anos de carreira contributiva superiores a 40 anos passam, contrariamente ao que acontecia até aqui, a ser relevantes para efeitos de redução do número de meses de antecipação, beneficiando as carreiras contributivas mais longas.

Em 2016, retoma-se o regime regra que fora suspenso.

6. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei com o novo regime jurídico aplicável ao Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN).

Esta proposta de lei procede à sistematização e reorganização numa só lei de várias legislações dispersa por mais de quinze diplomas.

O novo estatuto assenta em duas dimensões fundamentais, o uso público viário da infra-estrutura rodoviária, e o uso privativo do domínio público. Pretende-se, desta forma, proteger a infra-estrutura rodoviária e a sua utilização dos interesses e comportamentos de terceiros, regulando a interacção que se estabelece entre a estrada, a sua gestão, e as pessoas singulares ou colectivas, públicas ou privadas.

7. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que regula a emissão de certificados de origem dos produtos do sector vitivinícola.

Ficam assim definidas as entidades que velam pelo cumprimento dos requisitos de controlo da produção e qualidade dos produtos vitivinícolas e que, conseqüentemente, se encontram habilitadas para a emissão dos certificados de origem daqueles produtos.

Este diploma é consentâneo com o previsto na regulamentação da União Europeia e, simultaneamente, com as disposições relativas à reorganização institucional do sector vitivinícola e com as relativas ao actual enquadramento orgânico do Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.

8. O Conselho de Ministros aprovou a suspensão parcial do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode e estabelece medidas preventivas.

A alteração significativa das perspectivas de desenvolvimento económico e social, decorrente do aumento da procura no sector do turismo, a par da verificação da inviabilidade de execução da área turística localizada entre Macieira e Cabecinha, justifica que se proceda à suspensão parcial do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode, na área turística localizada entre Macieira e Cabecinha, e na área localizada na «Zona de protecção e valorização ambiental», identificada como potencial para instalação de empreendimento turístico e respectivo acesso viário.

9. O Conselho de Ministros autorizou a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., a realizar a despesa relativa ao Programa de Rastreio do Cancro da Mama, para os anos de 2014 e 2015.

O montante máximo autorizado para aquele período é de cerca de 10,55 milhões de euros

10. O Conselho de Ministros autorizou a Marinha a realizar a despesa relativa à celebração de um acordo com a Arsenal do Alfeite, S.A., para a prestação dos serviços de reparação e manutenção naval do NRP Corte-Real.

O montante máximo autorizado para 2015 e 2016 é de cerca de 9,7 milhões de euros.

11. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde no Domínio da Defesa.

Este Acordo, assinado por ocasião da II Cimeira Cabo Verde-Portugal, tem como objectivo promover a cooperação no domínio da defesa, nomeadamente por via da integração de militares das Forças Armadas de Cabo Verde em contingentes portugueses empenhados em missões de paz, da cooperação na segurança marítima, na assistência humanitária e no desenvolvimento de parcerias na área da defesa.

12. O Conselho de Ministros aprovou o Protocolo relativo à adesão da Comunidade Europeia à Convenção Internacional de Cooperação para a Segurança da Navegação Aérea Eurocontrol.

O Protocolo tem por objectivo permitir a adesão da União Europeia ao Eurocontrol, evolução que constitui um marco importante no sentido da promoção de uma maior cooperação entre estas organizações.

Esta articulação é essencial para o êxito do projecto «Céu Único Europeu», sendo fundamentais as competências e o know how da Eurocontrol no que diz respeito à gestão de aspectos relacionados com a garantia, segurança e qualidade da prestação de serviços de navegação aérea.

PSD/Açores exige rigor na aplicação dos dinheiros públicos

O PSD/Açores exige “rigor na utilização dos recursos financeiros, na programação e na execução do investimento público”, defendendo que “é determinante a forma como a tutela gasta o dinheiro dos açorianos”, disse o deputado Humberto Melo. O social-democrata lembra que “o PSD critica com espírito reformador e construtivo. Estamos, com responsabilidade, ao lado dos açorianos. Dos mesmos açorianos para quem bolsas de pobreza, marginalidade social e famílias em carência extrema, são notícia habitual”.

Para Humberto Melo tem de haver “estratégia no aproveitamento dos apoios da União Europeia, mas para criar sustentabilidade económica. Não podemos, por isso, aceitar que se trate com pouco rigor o investimento público, como infelizmente acontece, também na ilha de São Miguel”

“O novo Centro de Saúde e o Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada, foram adjudicados por 19,6 milhões de euros. O Plano disponibiliza 30,9 milhões de euros, ou seja o governo anuncia 31 mas executa 20 milhões”, exemplificou.

“Mas há mais incongruências. Na Carta das Obras Públicas (CROP), o acesso Furnas-Povoação inclui a construção da estrada e de um túnel, assim como inclui para o porto da Ribeira Quente a construção de um contramolhe. No Plano, as dotações são para a realização de estudos e de projecto. Em qual devemos acreditar?”, questiona.

“O Plano e a CROP são para inglês ver”, disse também Humberto Melo, apontando o acesso ao porto e o entreposto frigorífico de Vila Franca, o entreposto e lota da nova zona portuária de Rabo de Peixe sem dotação na CROP. Ou a rede de águas quentes no Hospital de Ponta Delgada com verba, mas que era para executar em 2014”.

“O reordenamento do porto de Ponta Delgada contou com 6,9 milhões de euros em 2014, mas não tem dotação na CROP para 2015. Bem podem os agentes económicos continuar à espera, pois nem a simples báscula funciona há anos”, avançou.

“O mesmo se passou com os 1000 postos de trabalho prometidos na fileira da criptoméria, que foram cerca de 30 empregos! Foi só foguetório”, disse Humberto Melo.

O deputado disse ainda que “reestruturar o sector público empresarial deve ser potenciar o desenvolvimento. E não criar coutadas de amiguismo”.

E lembrou que “a confiança é essencial para a dinamização económica, tanto mais se acrescer a diminuição dos impostos e a recente actualização do salário mínimo. Estas, duas vitórias do PSD/Açores junto da República”, concluiu.



Novas regras nas inspecções a máquinas agrícolas



O PSD/Açores defende novas regras para a inspecção periódica de tractores, atrelados e máquinas agrícolas, questionando o Governo Regional sobre “a possibilidade da fixação prévia de datas e locais, para que se evitem deslocações longas e que dificultam o trânsito”, disse o deputado Renato Cordeiro.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata lembra que a deslocação a grandes distâncias de tractores com atrelados e de máquinas agrícolas automotrizes “é um processo que apresenta alguma dificuldade, quer para os condutores daqueles veículos, quer mesmo para o trânsito”.

Assim, “e considerando a prática corrente nalgumas ilhas, em que se agrupa a inspecção de viaturas para uma data e localização pré-definidas, com o recurso a unidades técnicas móveis preparadas para o efeito, defendemos que essa seria uma boa solução geral”, avança Renato Cordeiro.

Para o deputado, também nas ilhas maiores, e no caso de se optar por esta solução, propomos que se faça por concelho, tendo em conta a dimensão dos principais polos agro-pecuários. Pode também aproveitar-se a disponibilidade do sector cooperativo”, explica.

“Questionamos a tutela sobre estas situações, uma vez que são muitos os agricultores que nos manifestam a sua preocupação com a inspecção dos

seus tractores e máquinas. Entendemos que devem ser criadas novas regras”, concluiu Renato Cordeiro.

Povo Livre

Número 571 • 8 de Agosto de 1985 • Preço 30\$00

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

RECEBER E DAR LIÇÕES

Ao longo desta década de iniciação às regras do jogo democrático, há algo que, entre muitas outras lições tiradas de um saber de experiência feito, os Portugueses aprenderam: é que podem eles próprios dar uma lição aos que viciarem essas regras. E a melhor lição é a de, com o seu voto, mostrarem que não se deixam manipular nem enganar, mesmo quando a desigualdade na utilização dos meios de propaganda é flagrante. Houve sempre uma espécie de justiça imanente que acabou por levar à penalização dos que fazem batota ao jogo.

Foi assim logo em 1975 quando aqueles que queriam monopolizar e censurar os meios de comunicação social tiveram nas urnas uma eloquente resposta. E continuou a sê-lo, implacavelmente, quando, de forma mais ou menos ostensiva ou camuflada, os aprendizes de feiticeiro tentaram impedir o acesso dos cidadãos a uma informação isenta e condicioná-los por conhecidos processos.

O PSD tem sido nesse aspecto o Partido com maior capacidade de resistência a esses atentados à democracia. Sem auxílios providos do exterior, sem o controlo dos media em que outros são useiros e vezeiros, e apesar das campanhas orquestradas e ad hominem, manteve e alargou a confiança de um eleitorado estruturalmente fiel, tendo atingido nas últimas eleições legislativas a sua percentagem mais elevada de votos, com listas próprias, mau grado o desgaste do poder de uma «Aliança» de que foi o principal obreiro.

Não é pois agora que o PSD vai receber lições seja de que partido for. Antes pelo contrário, serão os seus eleitores que saberão dá-las, à sua maneira, isto é: renovando a sua confiança no nosso Partido.

Não recebemos lições de patriotismo: foi por patriotismo que, em vários contextos difíceis, cooperámos com outros partidos democráticos, tendo sido também por patriotismo que denunciámos a submissão do interesse nacional, no âmbito da governação, a outros objectivos, nomeadamente eleitoralistas.

Não recebemos lições de democracia: respeitámos e respeitaremos as suas regras, quando outros as violam ou as iludem.

Não recebemos lições de social-democracia: fomos e somos o único partido a reclamar-se programaticamente dela e a procurar levá-la à prática, quando exercemos o poder, central ou local.

Também não queremos ser nós a dar lições: serão, repetimos, os eleitores a dá-las, pelo seu voto. Eles são livres e não se deixarão enganar, esperamos.

Se há uma lição que temos de receber é justamente a dos Portugueses, que desde 1975 até hoje têm revelado um bom-senso eleitoral que é sem dúvida a prova mais provada da sua devoção à Democracia e da sua aprendizagem da Educação Cívica.

J. A. S.

PSD vence eleições em Duas Igrejas

O PSD ganhou no domingo as eleições antecipadas para a Junta de Freguesia de Duas Igrejas, em Miranda do Douro.

Concorreram apenas duas listas. Os resultados foram os seguintes: PSD: 63; PS: 53.

O novo presidente da Junta, José Francisco Ma-

tos, disse que a construção de uma casa do povo e obras de saneamento básico da aldeia serão os objectivos a cumprir pela lista vencedora.

Duas Igrejas, terra dos célebres pauliteiros de Miranda, é uma localidade com cerca de 400 fogos.

PARA QUE OS PORTUGUESES SEJAM ESCLARECIDOS

Cavaco Silva lança desafio ao debate na Televisão

1 — Numa nota do Ministério das Finanças de 2 de Agosto fazem-se algumas insinuações críticas à política económica do Governo de Sá Carneiro. Trata-se de mais uma tentativa, a acrescentar a outras que se têm registado nos últimos tempos, de esconder os erros da política económica do Governo chefiado pelo dr. Mário Soares e os resultados desastrosos a que ela conduziu.

A política económica do Governo Sá Carneiro constituiu um todo globalmente coerente e convergente, devidamente articulado nas suas diversas componentes, como foi reconhecido no País e no estrangeiro. Pelo contrário, a política económica dos últimos dois anos foi uma colecção de peças soltas, desconexas e desarticuladas, incluindo erros graves, como é reconhecido pelos melhores economistas portugueses.

Os objectivos da política económica do Governo Sá Carneiro foram basicamente três: expansão do investimento, aumento do poder de compra da população e distribuição mais justa do rendimento.

Os resultados verificados mostram que estes objectivos foram plenamente alcançados. Em 1980, a produção cresceu 4%, o investimento registou uma expansão de 10%, a subida dos preços baixou para 16,5%, o poder de compra dos salários subiu 6% e o emprego aumentou significativamente.

Durante o Governo de Sá Carneiro reinou um clima de confiança no País e os portugueses tiveram direito à espe-

rança. Nos últimos dois anos só houve escuridão e o PS não deixou que o Governo actuasse de modo a criar perspectivas de um futuro melhor para o País.

O PS e o primeiro-ministro fizeram ouvidos surdos aos apelos e exigências constantes do Prof. Mota Pinto, que, como é público, defendeu à exaustão a necessidade imperiosa de se introduzir reformas estruturais tendo em vista a adesão de Portugal à CEE e o relançamento do investimento privado.

As contas externas foram, no Governo Sá Carneiro, colocadas no lugar que lhes compete, isto é, de condicionamento da política económica e não de objectivo prioritário. Deixou-se aumentar deliberadamente o défice externo, mas nunca se perdeu o controlo. Esta orientação foi inteiramente correcta, face ao aumento substancial do preço do petróleo em 1979/80, aos efeitos da crise económica internacional sobre as nossas exportações e as remessas de emigrantes e à necessidade de relançar o investimento.

O desequilíbrio da balança de transacções manteve-se em 1980 a nível perfeitamente sustentável e dentro dos limites da nossa capacidade de financiamento (1250 milhões de dólares, isto é, 5% do produto interno). No fim de 1980, a dívida externa total de Portugal representava apenas 36% da produção nacional, contra cerca de 80% no fim de 1984.

Durante o Governo Sá Carneiro não foi vendida uma só grama de ouro e desipotecaram-se 50 toneladas.

Tendo em vista o devido es-

clarecimento dos portugueses, o Prof. Cavaco Silva desafia publicamente o candidato do PS a primeiro-ministro ou o ministro das Finanças para um debate televisivo sobre a política económica do Governo de Sá Carneiro.

O PSD espera que aqueles que atacam a política de 1980 para esconder os seus próprios fracassos não fujam a um debate para esclarecimento da opinião pública.

2 — A descida da taxa de juro agora anunciada pelo Ministério das Finanças é a expressão clara dos erros de política económica cometidos em 1984.

Esta medida surge com pelo menos um ano e meio de atraso. A situação económica e social do País seria hoje bem melhor se a taxa de juro do crédito tivesse baixado no início de 1984 como defendeu o Prof. Cavaco Silva. Na conferência que produziu na Associação Portuguesa de Economistas, em Dezembro de 1983, e publicada no semanário «O Jornal» de 6 de Janeiro, o Prof. Cavaco Silva afirmou que se a taxa de juro de crédito não fosse reduzida teríamos uma forte queda da produção e do investimento em 1984. Foi o que aconteceu.

Para realizar a descida da taxa de juro agora anunciada o Governo procedeu, tal como o Prof. Cavaco Silva vinha há muito a defender, a redução do imposto de capitais sobre os juros de depósitos a prazo.

Trata-se de uma confissão pública, por parte do Governo, de erro na sua política económica. Com efeito, o Governo do Dr. Mário Soares,

que, em Julho de 1985, pediu autorização à Assembleia da República para baixar o imposto de capitais tinha, em Fevereiro último, cinco meses antes, pedido autorização para aumentá-lo.

Como é que o Governo explica que, em Fevereiro, tenha feito precisamente o contrário daquilo que a situação económica portuguesa impunha que se fizesse?

Estes e outros erros de política económica lançaram grandes custos sobre a população portuguesa. Em 1984 a produção caiu cerca de 2%, o investimento diminuiu 20% e o poder de compra dos salários baixou 10%. Onde estão os prometidos programas de recuperação financeira e económica de modernização da economia portuguesa?

A redução do défice externo que o Governo apresenta como um grande sucesso da sua política é, pelo contrário, espelho do seu fracasso.

Reduzir o défice externo contendo drasticamente o investimento e o consumo dos particulares é muito fácil e não requer qualquer talento. O défice da balança de transacções correntes de 250 milhões de dólares em 1984, quando o acordo com o FMI fixava como limite 1250 milhões, conjugado com a profunda crise a que se deixou chegar o País — que só não foi mais grave porque o crescimento das exportações ultrapassou bastante as previsões das autoridades — traduz bem a inadequação da política económica seguida e que agora se procura esconder atacando o Governo de Sá Carneiro.

RTP ao serviço do PS

PSD APRESENTOU QUEIXA AO CONSELHO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

(PÁGINA 12)

LISTA DEFINITIVA DOS CANDIDATOS DO PSD ÀS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

(PÁGINA 2)



Mobilizar o futuro

Jaime Quesado (*)

Portugal está de parabéns. O sucesso do Centro de Inovação e Laboratorial da Fundação Champalimaud, mesmo junto ao Tejo, é um exemplo muito concreto do que devem ser as respostas positivas ao nosso futuro colectivo. O Investimento da Fundação Champalimaud veio demonstrar que há uma capacidade muito concreta de Portugal e dos seus principais protagonistas conseguirem “agarrar” com sucesso a decisiva Rota da Inovação e desta forma alterar duma vez por todas o Modelo de Desenvolvimento Económico para o futuro. Por isso, com esta escolha de Champalimaud fica claro para todos que só há um regresso possível – o do futuro e protagonizado por todos.

Portugal precisa efectivamente de alavancar esta aposta da Fundação Champalimaud, com todas as consequências do ponto de vista de impacto na sua matriz económica e social. A política pública tem que ser clara – há que definir prioridades do ponto de investimento estrutural nos sectores e nos territórios, sob pena de não se conseguirem resultados objectivos. Estamos no tempo dessa oportunidade. Definição clara dos Sectores Competitivos em que actuar; selecção, segundo critérios de racionalidade estratégica, das zonas territoriais onde se vai actuar e efectiva mobilização de “redes activas” de comercialização das competências existentes para aposta em Investimento de Inovação. Com o exemplo da Fundação Champalimaud, não podemos parar.

O Investimento em Inovação desempenha no momento presente um papel de alavancagem da mudança único. Portugal precisa de forma clara de conseguir entrar com sucesso no roteiro do Investimento de Inovação associado à captação de Empresas e Centros de I&D identificados com os sectores mais dinâmicos da economia – Tecnologias de Informação e Comunicação, Biotecnologia, Automóvel e Aeronáutica, entre outros. Trata-se duma abordagem distinta, protagonizada por “redes activas” de actuação nos mercados globais envolvendo os principais protagonistas sectoriais (Empresas Líderes, Universidades, Centros I&D), cabendo às agências públicas um papel importante de contextualização das condições de sucesso de abordagem dos clientes.

Uma Nova Economia, capaz de garantir uma Economia Nova sustentável, terá que se basear numa lógica de focalização em prioridades claras. Assegurar que o “IDE de Inovação” é vital na atracção de Competências que induzam uma renovação activa estrutural do tecido económico nacional; mobilizar de forma efectiva os “Centros de Competência” para esta abordagem activa no Mercado Global – mas fazê-lo tendo em atenção critérios de racionalidade estratégica definidos à partida, segundo opções globais de política pública, que tenham em devida atenção a necessidade de manter níveis coerentes de coesão social e territorial. A Fundação Champalimaud está para ficar. Num tempo global em que a aposta no valor e na competitividade devem ser uma motivação colectiva da sociedade portuguesa, aí está um exemplo a seguir.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Covilhã, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 16 de Janeiro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Visconde da Coriscada, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Análise da situação política

NÚCLEO DE SOUSELAS / BOTÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Souselas/Botão – Coimbra, para reunir no próximo dia 10 de Janeiro de 2015, (sábado) pelas 17h00, na Casa do Povo de Souselas, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Núcleo de Souselas/Botão

Notas:

- As listas de candidatos, devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política de Secção, na sede Distrital sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, nº 16 – Coimbra, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral,

- As urnas estarão abertas das 1700 às 19h00

PORTALEGRE/ DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Portalegre para reunir, no próximo dia 10 de Janeiro de 2015 (Sábado) pelas 19h30, em todas as sedes das secções do Distrito, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Eleição da Mesa da Assembleia Distrital

2 – Eleição da Comissão Política Distrital

3 – Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital

4 – Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira

ceira

5 – Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital

Local de voto das Secções

Ater do Chão – Av. Dr. João Pestana, 13

Arronches - Rua do Ronquillo, 4 - Sede

Avis – Rua Machado dos Santos, 56 - sede

Campo Maior – Rua 25 de Abril, 16

Castelo de Vide – Rua de Olivença, 13 – 1º E - sede

Crato – Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 12

r/c - sede

Elvas – Rua de Olivença, 12 - sede

Fronteira – Junta de Freguesia de Fronteira

Gavião – Rua Capitão João Pires, 2 - Belver

Marvão – Junta de Freguesia de S. Salvador de Aramenha

Monforte - Rua Combatentes da Grande 17 – Portalegre

Nisa – Sede da Junta de Freguesia Espírito Santo, Srª.

Graça e S. Simão

Ponte de Sor – Rua João de Deus, 18 – 1º A - sede

Portalegre – Rua Combatentes da Grande Guerra,

17 - sede

Sousel – Rua Direita, 5 - sede

Notas

- As listas de candidatura aos Órgãos Distritais devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As listas de candidatura a delegados de Secção, devem ser entregues aos Presidentes das Mesas das Assembleias de Secção correspondentes, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, nas respectivas sedes.

- As urnas estão abertas, em cada Secção, das 19h30 às 22h00

SOUSEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sousel para reunir no próximo dia 10 de Janeiro de 2015 (sábado), pelas 19h30, na sede, sita na Rua Direita nº 5, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;

2 – Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

- As listas de candidatos devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 19h30 às 22h00

TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Tondela para reunir no próximo dia 17 de Janeiro de 2015 (sábado), pelas 15h00, na sede, sita no Largo Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, 49 - 2º D, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos de secção:

1. Mesa da Assembleia de Secção

2. Comissão Política de Secção.

Nota: - As listas de candidatos devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Real, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 09 de Janeiro de 2015, (sexta-feira) pelas 17h00 na sede sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte:

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção para o Biénio 2015/2017

Nota - As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (6 de Janeiro);

- As urnas estão abertas das 17h00 às 22h00



CONSELHO REGIONAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Regional da JSD Aveiro, para uma reunião extraordinária a realizar no próximo dia 19 de Dezembro de 2014 (sexta-feira), pelas 21h00m, no Auditório da Junta de Freguesia da Palhaça, sita na Rua Manuel de Oliveira, em Oliveira do Bairro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apresentação e aprovação do calendário e do Regulamento Eleitoral do III Congresso Regional de Aveiro.

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 16 de Janeiro de 2015, pelas 20h00m, na Sede do PSD/Cascais, sita no Largo da Estação, nº 4 – 1.º, Cascais, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário da Concelhia de Cascais da JSD.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas na Sede Distrital do PSD Lisboa, sita na Praça São João Bosco, nº 3, em Lisboa.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário da concelhia da Juventude Social-Democrata

de Penafiel para reunir no dia 10 de Janeiro de 2015, pelas 16 horas, na sede do PSD Penafiel, sita na Rua O Penafidelense, n.º 9 - 1º D, na Freguesia de Penafiel, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos concelhios da JSD Penafiel

Notas:

As urnas estarão abertas das 16h00 às 22h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional da JSD Porto, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede concelhia do PSD Penafiel, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

CONGRESSO REGIONAL DO PORTO

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os Plenários Concelhios da JSD Porto para reunir no próximo dia 10 de Janeiro, nos locais e horários indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO – Eleição dos Delegados Regionais ao III Congresso Regional da JSD Porto de 24 de Janeiro de 2015

Nota:

As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado na referida sede, que para o efeito se encontrará aberta, ao respetivo Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 24 horas do 3º dia anterior ao ato eleitoral.

-Amarante – das 18h às 20h
Edifício do Salto, S. Gonçalo - 4600 – AMARANTE

-Baião – das 18h às 20h
Rua de Camões - 4640 – BAIÃO

-Felgueiras – das 18h às 20h
Rua Luís de Camões - 4610-212 FELGUEIRAS

-Gondomar – das 18h às 20h
Rampa Combatentes Grande Guerra, 31 - 4420-090 GONDOMAR

-Lousada – das 18h às 20h
Travessa S. Sebastião, 121 - 4620 – LOUSADA

- Maia – das 18h às 20h
Rua Eng. Duarte Pacheco, 987 - 4470-282 - VERMOIM MAIA

- Marco Canaveses – das 18h às 20h
Largo Sacadura Cabral, 26 - 2º Dto. - Fornos - 4630 – MARCO CANAVESES

- Matosinhos – das 18h às 20h
Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98 - 4450-200 MATOSINHOS

- Paços Ferreira – das 18h às 20h
Avenida dos Templários, 309 - Dtº - 4590-508 PAÇOS DE FERREIRA

- Paredes – das 18h às 20h
Rua 1º de Dezembro - 4580 - PAREDES

- Penafiel – das 16h às 22h
Rua “O Penafidelense” nº 9 - 1 Dtº - 4560 – PENAFIEL

- Porto – das 18h – 20h
Rua do Campo Lindo, nº 63 - Porto

- Póvoa de Varzim – das 18h às 20h
Praça do Almada nº 7 - Escrit.1 - 4490 - 438 - PÓVOA DE VARZIM

- Santo Tirso – das 18h às 20h
Av. Sousa Cruz – Centro Comercial Galáxia, 11 Loja 19, 4780 – 365 - Santo Tirso

- Trofa – das 18h às 20h
Rua Camilo Castelo Branco, 222 - 4785 - TROFA

- Valongo – das 18h às 20h
Av. Rodrigues de Freitas, 880 - 4445 - 634 – ERME-SINDE

- Vila do Conde – das 18h às 20h
Praça da República, nº 7 - 4480 - 715 VILA DO CONDE

- Vila Nova de Gaia - das 18h às 20h
Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n 1323 - 4400-129 VILA NOVA DE GAIA





IV CONSELHO NACIONAL / 2014

Nos termos do disposto no artigo 20º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para uma reunião no próximo dia **15 de Dezembro, segunda-feira**, às **21h00**, no **Hotel Sana**, em Lisboa (Av. Fontes Pereira de Melo, 8), com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Discussão e aprovação das contas das Eleições Autárquicas de 2013
3. Discussão e aprovação das contas das Eleições Europeias de 2014
4. Discussão e aprovação das contas de 2013
5. Discussão e aprovação do Orçamento para 2015
6. Análise da situação política

O Presidente da Mesa do Congresso



Fernando Ruas

Lisboa, 5 de Dezembro de 2014

REGULAMENTO DE QUOTIZAÇÕES

No uso dos poderes que lhe são conferidos pelo n.º 3 do art. 6.º dos Estatutos do Partido Social Democrata, a Comissão Política Nacional, reunida em 1 de Dezembro de 2014, deliberou aprovar o seguinte Regulamento de Quotizações:

Artigo 1.º (Dever de pagar quotas)

1. Constitui dever de todo o militante contribuir para as despesas do Partido, através do regular e atempado pagamento das quotas.
2. A quota tem natureza anual.
3. O pagamento de quotas constitui responsabilidade individual de cada militante.
4. Não é admitido o agrupamento de quotas de diversos militantes num mesmo pagamento, exceto quando se trate de membros do mesmo agregado familiar.
5. Considera-se no pleno uso dos seus direitos estatutários, o militante que haja liquidado a quota do ano em curso até ao último dia do mês de vencimento da mesma.
6. É suspensa a inscrição no Partido do militante que incumpra o dever de pagamento de quotas por um período superior a dois anos.

Artigo 2.º (Pagamento das quotas)

1. A quota vence-se no primeiro dia do mês correspondente aquele em que o militante foi admitido no Partido.
2. É da responsabilidade dos serviços da sede nacional do Partido o envio aos militantes, no mês anterior ao da liquidação da quota, do respetivo aviso de pagamento.
3. O pagamento pode processar-se através de qualquer um dos seguintes meios:
 - a) Multibanco;
 - b) Cheque;
 - c) Vale Postal;
 - d) Transferência bancária;
 - e) Débito direto.
4. No caso de a opção ser pela transferência bancária ou pelo sistema de débito direto, os pagamentos processar-se-ão de forma automática até ao momento em que o militante dê indicações em sentido contrário.

Artigo 3.º (Montante da quota)

1. O valor da quota mínima dos militantes é de € 12 (doze euros) anuais, sem prejuízo do disposto no n.º 3 deste artigo.
2. Os militantes podem, voluntariamente, estabelecer para si próprios uma quota de valor superior, devendo para tal prestar essa informação ao Secretário-Geral, quota essa cujo valor se manterá até ao momento em que o militante dê indicações em sentido contrário.
3. Os militantes da Juventude Social Democrata pagarão, apenas, 50% do montante da quota mínima em vigor.
4. É aplicável aos militantes da Juventude Social Democrata o disposto no n.º 2 deste artigo.

Artigo 4.º (Isenções)

1. Beneficiam de isenção do pagamento da quota, total ou parcialmente, os militantes cujo rendimento seja igual ou inferior ao montante do IAS definido para o ano em causa e que assim o requeiram.
2. O requerimento de isenção é dirigido ao Secretário-Geral e apresentado anualmente, exceto no caso dos reformados e aposentados, que têm apenas de o submeter por uma vez.
3. Excepcionalmente, e por motivos devidamente fundamentados, militantes em situações diversas da tipificada no n.º 1 deste artigo podem requerer ao Secretário-Geral a isenção, total ou parcial, do pagamento de quotas.
4. O requerimento de isenção de quotas é apresentado na secção em que o militante se encontra filiado, em impressos próprios distribuídos pelos serviços da sede nacional.

Artigo 5.º (Alterações ao presente Regulamento)

1. O Regulamento pode ser alterado sob proposta do Secretário-Geral.
2. As alterações só podem ocorrer, o mais tardar, até ao mês de Novembro de cada ano, entrando em vigor no dia 1 de janeiro do ano seguinte.

Artigo 6.º (Norma Revogatória)

É revogado o Regulamento de Quotizações aprovado pela Comissão Política Nacional em 8 de novembro de 2005.

Artigo 7.º (Publicação e entrada em vigor)

1. O presente Regulamento é objeto de publicação no Povo Livre, previamente à sua entrada em vigor.
2. O presente Regulamento vigora a partir de 1 de janeiro de 2015.